

<b>Ofício Circular n.º 9 /2016</b>	<b>Para:</b>
<b>Número de Processo:</b>	Gabinete ----- <input checked="" type="checkbox"/>
<b>Data: 02/11/2016</b>	Direções Regionais ----- <input checked="" type="checkbox"/>
<b>Assunto: IntervIRE - Boletim Informativo da Inspeção Regional de Educação - n.1 - 2016</b>	Delegações escolares ----- <input checked="" type="checkbox"/>
	Estabelecimentos de Infância ----- <input checked="" type="checkbox"/>
	Estabelecimentos de ensino:
	• 1.º ciclo do ensino básico ----- <input checked="" type="checkbox"/>
	• 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ---- <input checked="" type="checkbox"/>
	• Ensino secundário ----- <input checked="" type="checkbox"/>
	Ensino privado ----- <input checked="" type="checkbox"/>

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/M, de 11 de novembro, foi aprovada a estrutura orgânica da Secretaria Regional da Educação e do Gabinete do Secretário Regional, passando a Inspeção Regional de Educação (IRE) a depender diretamente do Secretário Regional de Educação.

Exercendo a sua ação em articulação com a escola enquanto organização educativa, a IRE tem como visão, como caminho que pretende percorrer, garantir a qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos, numa perspetiva de educação para todos, de direitos humanos e de inclusão.

Neste sentido e de forma a aproximar cada vez mais os seus valores enquanto ideais que *dizem* dos comportamentos enquanto práticas que *fazem*, designadamente o respeito pelas pessoas, a melhoria da organização, a centralidade da escola como organização educativa e o interesse público, a IRE passa a publicar trimestralmente um Boletim Informativo, em formato digital, a que chamou de **IntervIRE**, e cujo primeiro número é dedicado à educação de infância.



Assim, é com muito gosto que envio a V. Ex.<sup>a</sup>, em anexo, este primeiro número para que possa desfrutar da sua leitura e divulgá-lo junto da comunidade educativa.



O DIRETOR

(Jorge Manuel da Silva Morgado)





Região Autónoma  
da Madeira  
Comissão Regional

Secretaria Regional  
de Educação

# IntervIRE

BOLETIM INFORMATIVO

INSPEÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RAM

Outubro,  
Novembro,  
e Dezembro

01 2016

Edição n.º 1

## Índice

- Editorial
- Atividade Inspetiva
- A Voz do Diretor
- A Voz do Educador
- As “Lentes” do Inspetor
- Um Olhar da Investigação
- Eventos



Dr. Jorge Carvalho  
Secretário Regional de Educação

## Editorial

Saudamos vivamente a publicação do n.º 1 do Boletim Informativo 'IntervIRE', da iniciativa e responsabilidade da Inspeção Regional de Educação. Esta saudação, mais que uma formalidade, é a prestação do tributo pela forma audaz e coerente como a IRE tem sabido assumir o quadro de atribuições e competências que lhe foram cometidas.

O essencial dessa ação pode ser resumido na abordagem correta, porque cooperativa e pedagógica, da IRE às Escolas. Precisamos de inspeção para ajudar a resolver problemas, antecipar cenários e desenhar intervenções adequadas, com o fim último da melhoria do sistema educativo regional, através do reforço das aprendizagens das crianças e alunos madeirenses.

Assim, é justo reconhecer-se que a IRE pode e deve contribuir para que as metas da Educação no atual mandato do Governo Regional sejam materializadas, adotando como fim último da sua atividade o aumento do número de casos de sucesso, a diminuição do número de casos de abandono e o combate aos focos de indisciplina.



# Atividade Inspetiva

Na prossecução daquilo que são respetivamente os objetivos do Programa do XII Governo Regional da Madeira para a Educação, designadamente a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar, e a missão da Inspeção Regional de Educação (IRE) - exercício da tutela inspetiva dos estabelecimentos de educação e ensino, bem como dos serviços dependentes da SRE, nomeadamente através de ações de avaliação, auditoria, verificação e apoio técnico na salvaguarda do serviço público de educação -, o Plano de Atividades (da IRE), tendo como objetivo prioritário da sua ação a escola como organização educativa, subsume um conjunto de programas e projetos que assumem como prioritária a qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos, numa perspetiva de educação para todos, de direitos humanos e de inclusão.

No ano em curso foram e estão a ser desenvolvidos os seguintes projetos:

**Avaliação externa das aprendizagens dos alunos** no âmbito do programa de controlo, este projeto visa, *grossa modo*, avaliar a adequação e a razoabilidade das medidas e procedimentos adotados pelos estabelecimentos de ensino, face às orientações da Direção Regional de Educação e do Júri Nacional de Exames e garantir a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos da comunidade educativa, pugnando pelas condições de confidencialidade, de segurança e de confiabilidade, com vista à salvaguarda dos princípios de justiça e de equidade.

Executado em duas escolas do 1.º ciclo do ensino básico com unidades de educação pré-escolar e em dez estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, o resultado global demonstrou um bom desempenho das escolas.



**Condições de funcionamento do ano letivo**, também no âmbito do programa de controlo, este projeto tem como objetivo central analisar a organização da escola, numa perspetiva de equidade e de melhoria do serviço público de educação, promovendo-se práticas de boa gestão de recursos.

Foi implementado em todas as escolas da rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, tendo-se concluído que, na generalidade, as escolas apresentam um bom desempenho.

**Formação para as pessoas da IRE** – foi iniciado um ciclo de formação designado como *Diálogos sobre Educação* e que teve como destinatários os delegados escolares, os diretores dos estabelecimentos de infância e do 1.º ciclo do ensino básico e os diretores e presidentes dos conselhos executivos das escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da rede pública e privada. Este ação teve lugar entre dezembro de 2015 e novembro de 2016 e traduziu-se nos seguintes momentos:

- *A inspeção e a escola em tempos de grande complexidade*, dinamizada pelo Professor Doutor António Neto Mendes da Universidade de Aveiro, onde se abordaram as seguintes temáticas:
  - Educação, globalização e reformas;
  - A inspeção educativa num mundo em mudança;
  - As funções da educação escolar;
  - A escola como organização: procurar novas respostas para além do binómio burocracia-anarquia.
- *A Constituição de Turmas e a Gestão da Diversidade de Públicos Escolares* – Professor Doutor Virgínio Sá – Universidade do Minho;
- *Interação em Sala de Aula* – Professor Doutor Carlos Gomes – Universidade do Minho;

- *Fundamentos e Desafios da Avaliação* – Professor Doutor Domingos Fernandes – Universidade de Lisboa;

- *Avaliação Institucional* – Professor Doutor Virgínio Sá – Universidade do Minho;

- *Avaliação Externa das Escolas* – Professor Doutor José Augusto Pacheco – Universidade do Minho;

- *Avaliação do Desempenho Docente* – Professor Doutor Jorge Adelino Costa – Universidade de Aveiro;

- *Conhecimento e Política em Educação* – O Caso do Pisa - Professor Doutor Luís Miguel Carvalho-Universidade de Lisboa;

- *Educação, Justiça e Democracia* – Professor Doutor Carlos Estêvão – Universidade Católica;

- *Entre as Políticas e as Práticas de Educação de Infância: qual o lugar da criança?* – Professora Doutora Natália Fernandes – Universidade do Minho;

- *A Avaliação Institucional das Escolas: Autoavaliação e Avaliação externa, dimensões e processos* – Professor Doutor Henrique Ferreira – Instituto Politécnico de Bragança;

- *Ética e Deontologia Profissional* – Professora Doutora Isabel Baptista – Universidade Católica – Porto.



➤ **Fundo Escolar** no âmbito do programa de estudos e que teve como objetivo principal verificar a sua articulação, por um lado com o Regime de Autonomia e por outro com as regras definidas na Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), fornecendo dados relevantes para a tomada de decisão; este projeto está concluído e foi aplicado numa amostra de nove escolas da rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, amostra esta que se tentou fosse representativa da diversidade que subsumem os 29 estabelecimentos.

➤ **Processos disciplinares e processos de inquérito**, no âmbito da *ação disciplinar e provedoria* e cujos objetivos se centram na salvaguarda da defesa e da promoção dos direitos e interesses legítimos da comunidade educativa, com vista à salvaguarda da justiça e equidade; no ano de 2015 houve um total de 51 processos disciplinares e de inquérito, encontrando-se, no ano em curso e à data, um total de 38.



➤ **Mediação** – Este projeto teve início recentemente e tem como finalidade desenvolver com as escolas projetos facilitadores da gestão de conflitos, diminuindo-se, assim, o volume de intervenções disciplinares e proporcionando, concomitantemente, um maior aproveitamento das pessoas da IRE para outras atividades, no pressuposto de que estratégias adequadas para resolver situações de crise, são sempre preferíveis a situações de hostilidade irreparáveis e que, na maior parte das vezes culminam em conflitos intermináveis. Foi iniciado e concluído um processo que resultou em pleno êxito.

## A educação pré-escolar...

### “A sala é bonita, e é alta...”



Carmo Góis  
Educadora de Infância

*“A sala é bonita, e é alta. Nós trazemos brinquedos para brincar na sala.*

*Na sala verde podemos fazer trabalhos, jogos e experiências. Podemos ir à casinha fazer comida a fingir e ler histórias.*

*Gostamos da sala verde porque trabalhamos muito e fazemos obras de arte.*

*Nós vemos livros, fazemos pintura, jogamos computador e aprendemos coisas novas.*

*Nós temos de trabalhar muito para aprendermos.*

*Nós fazemos silêncio quando a professora fala e está atendendo os pais.*

*Também temos de estar em silêncio quando a “Teacher” vem.*

*Também obedecemos à professora.*

*Fizemos experiências do vulcão, vimos como nascem as plantas, o feijoeiro, e aprendemos matemática.*

*Aprendemos coisas do Gonçalves Zarco, do Tristão Vaz e a descoberta da ilha”.*

A voz das crianças (Maio 2016)



Estas palavras proferidas pelas crianças bastariam para percebermos a importância da educação pré-escolar, pois através delas são visíveis as suas aprendizagens. Este pequeno texto abarca uma riqueza infinda de conhecimentos e de interações.

Imaginem uma sala de vinte e cinco crianças onde tudo acontece, onde se estabelecem relações de empatia, de partilha, de respeito, de amizade,

e se promovem a autonomia e a responsabilidade, onde está presente o jogo simbólico, a língua portuguesa e inglesa, a matemática, as tecnologias de informação, o estudo experimental das ciências, as atividades artísticas, a história e a cultura.

É assim trabalhar na educação pré-escolar: é permitir que a criança seja construtora do seu conhecimento e, conseqüentemente, dar um

real significado ao mesmo, pois, como afirma Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

É nesta perspetiva que o educador, enquanto mediador desse conhecimento, cria na sala, e fora dela, situações de aprendizagem ativa, de diferenciação pedagógica, de mobilização de saberes, de reflexão, de partilha, de cooperação e de avaliação.





Neste sentido, uma das primeiras preocupações do docente no início do ano prende-se com a organização do ambiente educativo, de forma a que este corresponda aos interesses e necessidades das crianças. No decorrer do trabalho realizado, esse ambiente transformar-se-á à medida que se reconheça a sua pertinência.

O contacto individual com os pais, antes da entrada dos seus educandos na educação pré-escolar, é de primordial importância pois pode determinar as relações a nível futuro.

Mas não menos importante é criar condições para que a dinâmica da sala proporcione à criança níveis adequados de bem-estar e de implicação. Se esta estiver bem consigo própria facilmente estabelece relações positivas com os outros e evidencia autoestima e autoconfiança. Quanto aos níveis de implicação, é preciso que o educador utilize estratégias e atividades adequadas onde seja possível observar crianças intrinsecamente motivadas e em momentos de intensa atividade mental.

*...criar condições para que a dinâmica da sala de aula proporcione à criança níveis adequados de bem-estar e de implicação*

O reconhecimento da importância da educação pré-escolar faz com que o docente, tendo em conta os princípios educativos defendidos nas orientações curriculares, construa um currículo adequado aos saberes e às características de cada uma das suas crianças. Esta possibilidade que o docente tem de ser o construtor do currículo permite-lhe, por um lado, uma liberdade curricular onde sejam possíveis múltiplas opções educativas, mas exige, por outro, uma maior responsabilização na planificação da ação educativa.

Para desenvolver um currículo na educação pré-escolar é fundamental que o educador de infância planeie e avalie os processos e a forma como cada uma das crianças vão progredindo no seu desenvolvimento global.

Numa primeira fase, a avaliação diagnóstica é extremamente importante, pois tem como objetivo averiguar os pré-requisitos das crianças, permitindo delinear estratégias para a aquisição de aprendizagens futuras. Esta avaliação resulta da observação em contexto, de registos e da interação constante com crianças, pais e docentes.

Importa também não esquecer o tempo destinado em cada trimestre para comunicar aos pais a avaliação das competências dos seus filhos, contacto esse que nunca é inferior a vinte minutos por criança.

É minha convicção que, apesar de todo o empenho, motivação e consciência profissional, não é possível realizar uma educação pré-escolar de qualidade se os grupos de crianças forem numerosos e se os educadores não dispuserem de momentos, à semelhança dos outros graus de ensino, para organizarem o ambiente educativo, refletirem, planearem e avaliarem as aprendizagens e a prática pedagógica, pois não bastam despachos normativos consignados na lei para que tudo se torne realidade. A importância da educação pré-escolar necessita de ser verdadeiramente reconhecida e não ser unicamente uma questão de retórica.

Muito mais haveria para dizer, mas penso que é indiscutível o contributo da educação pré-escolar para uma sociedade mais justa e equitativa, capaz de responder ao presente mas também ao futuro.

## Princípios Básicos

# que diferenciam os Jardins Escola João de Deus



Maria do Céu Estevinha  
Diretora do Jardim Escola  
João de Deus

Antes de começar este artigo é importante salientar o contributo desta Associação para a democratização da educação em Portugal, contributo marcado desde a sua criação em 1882 no combate ao analfabetismo cujo nível atingiu 80% da população portuguesa.

Sabendo que a infância é uma idade decisiva na educação pré-escolar é essencial para desenvolver capacidades, apetências, destrezas, habilidades, conhecimentos, valores e atitudes que contribuam para uma aprendizagem assente no respeito pelos valores intemporais de tolerância, igualdade e respeito pela cidadania.

Nos princípios essenciais que nos diferenciam das outras escolas temos aspetos de carácter social – escola de todos e para todos.

Para corresponder pedagogicamente à sua função, a escola é uma pequena sociedade desde a creche. O conceito de bibe usado pelas crianças com cores diferenciadas por idades, esbate as diferenças de uma estratificação social.

Nas práticas, todo o trabalho se baseia numa questão de hábitos sem prémios nem castigos, mas uma disciplina ativa, assente num plano geral e estruturado.

Dentro desta função, o plano de trabalho atende na sua distribuição de atividades aos períodos sensíveis da idade das crianças.

Os sentidos, portas de comunicação do individuo com o mundo são estimulados e devidamente educados desde tenra idade.

A educação preceptiva, a motricidade e a educação verbal são na metodologia João de Deus aspetos fundamentais.

O programa praticado de “temas da vida” ou “Lição de coisas” é um dos aspetos mais originais da pedagogia de João de Deus e que contribui, ainda hoje, para o léxico passivo e sobretudo para o léxico ativo das crianças, que não só aprendem como compreendem o mundo que as rodeia.

Estas lições estão ligadas entre si de modo a fortificar a memória e facilitar a aquisição de conhecimentos.

Quando há maturidade e desenvolvimento compatível

inicia-se a leitura por um método racional, ligado à linguística “Cartilha Maternal”.

O método utiliza estratégias de leitura do tipo *bottom-up* em sinergia com estratégias do tipo *top-down*, baseado na unidade global da palavra considerando-a como ferramenta linguística que permite o dinamismo verbal.

A vantagem deste método é o de apresentar as especificidades da língua portuguesa segundo uma progressão pedagógica que constitui um verdadeiro estudo da língua.

Compreendendo o crescente valor dado à matemática e a necessidade de se iniciar desde cedo a sua preparação, usam-se materiais diversos que conciliam múltiplas técnicas que estimulam a iniciação ao cálculo e noções matemáticas adaptadas à idade da criança.

Tudo é feito ao ritmo da criança e fundamentalmente o objetivo é que ela aprenda agradavelmente, passo a passo, como um todo.

É esta a aprendizagem que propomos às nossas crianças para que possam contribuir com sucesso na sociedade do conhecimento.



# A criança, um ser com competências sociais



Paula Sardinha  
Inspetora de Educação

Os primeiros meses de vida do bebé são reconhecidamente decisivos para um desenvolvimento social e afetivo harmonioso. A relação com a mãe é a primeira forma de socialização do bebé e a qualidade dessa relação tem consequências futuras no desenvolvimento das interações sociais. Desde cedo o bebé é um sujeito ativo que age e interage em contextos cada vez mais alargados. O contacto com os novos contextos que o rodeiam introduz-lhe novos agentes de socialização. É o que acontece quando vai para a creche, uma realidade cada vez mais constante na sociedade atual. Além do contexto familiar, a creche e depois o jardim-de-infância serão os locais onde a criança vai iniciar o convívio com outros parceiros de interação. Estamos a falar de organizações onde a cultura se identifica nas trocas sociais e onde a criança, no processo de inter-relação com os outros indivíduos, começa a demonstrar a sua vontade nas

relações que estabelece. Enquanto sujeito de relação, a criança construirá história e cultura na troca com os pares sociais. Nesta troca de múltiplas culturas vai apropriar-se de crenças, códigos e representações sociais. Estas instituições passam, então, a ser para a criança o núcleo central do seu desenvolvimento, num processo que continuará para toda a vida nos diferentes contextos culturais que partilhar.

As dinâmicas de interação que a criança estabelece no grupo e com os educadores, a aprendizagem da vida democrática num ambiente de respeito por cada um e por todos, em que a criança tem a possibilidade de expor os seus pontos de vista, fazer escolhas e tomar decisões possibilita-lhe, como referem Clara Craveiro e Iolanda Ferreira (2007:16) “ (...) aprender a conviver com os outros, defendendo direitos,

respeitando deveres e assumindo responsabilidades”. Assim, todos os aspetos da vida na creche e no jardim-de-infância devem prever uma organização da prática democrática, estabelecida no grupo e com o grupo, construindo referências que permitam a criança compreender os direitos e deveres para consigo e para com os outros. Os estabelecimentos de educação que adotam uma cultura de respeito pelos direitos humanos e desenvolvem métodos de trabalho participativos e inclusivos, desenvolvem crianças que valorizam os seus comportamentos e atitudes mas que, também, respeitam os valores dos outros. É nessa inter-relação que a criança constrói a sua identidade, desenvolve a autoestima, aprende a respeitar as características dos outros e valoriza as diferentes manifestações



de cultura, o que pressupõe a aceitação da diferença numa perspetiva intercultural em que as diferentes experiências de vida e os diferentes saberes contribuem para o enriquecimento da vida do grupo.

Este conceito, encontra-se plasmado nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar como um dos objetivos pedagógicos que regulam a educação de infância: "Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania" (1997:15).

Quando a criança intervém no seu processo de desenvolvimento, quando são respeitados os seus direitos de inclusão, participação e opinião, torna-se, desde cedo, um indivíduo ativo na sociedade. Por outro lado, a criança passa por um processo de socialização onde interioriza regras, padrões de comportamento, novos conteúdos e valores sociais.

Assim, importa proporcionar à criança qualidade de interações, um ambiente rico em estímulos sociais e relações assertivas, incentivando o respeito pelo outro e pelas suas opiniões, numa atitude de responsabilização social em contextos de conceções culturais e religiosas diversas.

Estes conceitos serão interiorizados nas brincadeiras que a criança desenvolve com os seus pares. O jogo simbólico oferece à criança a compreensão e a aprendizagem dos papéis sociais que fazem parte da sua cultura. É na atividade lúdica que a criança assimila a realidade e começa a compreender as implicações da vida em grupo, vive novas experiências, desenvolve e afirma a sua personalidade. Brincar é uma atividade essencial para a criança pois dá-lhe oportunidade de aprender a fazer, a conviver e, sobretudo, a aprender a ser. Sendo a atividade principal do dia-a-dia da criança, permite-lhe tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer-se a si e aos outros.

E brincar é um direito da criança ...! Recordamos o princípio consignado no artigo 31.º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que reconhece à criança "(...) o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística".

Numa perspetiva de garantir que sejam assegurados estes pressupostos nos estabelecimentos de educação de infância da Região Autónoma da Madeira, a Inspeção Regional de Educação, acompanha de forma regular a ação educativa dos estabelecimentos de educação pré-escolar, através de uma relação interativa de observação e reflexão sobre a realidade das instituições. Nesse sentido, a função do inspetor é de articulação e integração, na busca de soluções conjuntas que, acima de tudo, promovam a defesa dos direitos da criança em contextos educativos de qualidade que conjuguem a aquisição de conhecimentos, competências e valores.

Nesta ótica, o inspetor, enquanto agente de participação efetiva na vida da instituição, torna-se parceiro com objetivos comuns no processo ensino-aprendizagem.



#### Referências Bibliográficas:

CRAVEIRO, C. & FERREIRA, I. (2007). *A Educação Pré-Escolar face aos desafios da sociedade do futuro*. Saber (e) Educar, Porto, nº 15-21.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.

UNICEF, (1989). [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf), consultado em 01/06/2016.

# A criança nos contextos da educação de infância

A educação das crianças pequenas é indiscutivelmente uma das missões mais importantes da humanidade. Para ultrapassar as retóricas que *desaguam* muitas vezes na máxima de que “as crianças são o melhor do mundo”, é fundamental respeitá-las como sujeitos de direitos, considerados numa interconexão entre as dimensões da provisão, da proteção e da participação.

Tendo havido um percurso gradual de consolidação em termos de oferta e de acesso de todas as crianças a instituições de educação de infância, importa agora consolidar também práticas e relações que a respeitem enquanto sujeito com direitos.

A este propósito vários têm sido os diplomas que têm vindo a ser promulgados a nível global no sentido de afirmar que a educação das crianças pequenas deve respeitar determinados princípios fundamentais, desde logo o seu direito à sobrevivência e desenvolvimento, o direito à salvaguarda do seu interesse superior, bem como ainda o direito a participar em todos os assuntos que lhe dizem respeito. A Convenção sobre os direitos da Criança (1989) é, inquestionavelmente, o documento mais importante neste percurso, proporcionando uma estrutura judicial para repensar políticas de sociais para a infância no sentido de garantir a dignidade das crianças (Melton, 1991, 2005b; Miljeteig-Olssen, 1990). A partir do seu artigo 12, relativo ao direito a expressar opiniões, devemos questionar-nos se as crianças são ouvidas nos processos pedagógicos organizados

para elas; se podem influenciar a estrutura das atividades ou a organização do dia de atividades; se podem queixar-se acerca das decisões tomadas no jardim-de-infância; se o jardim-de-infância assegura ou mesmo encoraja o pensamento crítico e democrático, ou ainda, se desenvolve uma compreensão mais profunda acerca da essência dos direitos humanos.



O Comentário Geral n.º 7, do Comité dos Direitos da Criança (2005) vem, também, sublinhar esta exigência ao definir como objectivo o fortalecimento dos direitos humanos de todas as crianças pequenas e chamar a atenção dos Estados Membros relativamente às suas obrigações para com estas e a melhor forma de os realizar. Apresenta como proposta a necessidade considerar que as *crianças mais pequenas devem ser*



Natália Fernandes  
Professora Auxiliar da Universidade do Minho, Instituto de Educação

*reconhecidas como membros ativos das suas famílias, comunidades e sociedades, com as suas próprias preocupações, interesses e pontos de vista, sendo que “... os princípios gerais que devem ser salvaguardados na educação de infância são o princípio da não discriminação, do interesse superior da criança, da sobrevivência e desenvolvimento e da participação. Cada um destes princípios deve ter implicações nos direitos que as crianças devem vivenciar na educação infantil”*

Defende ainda na secção III, relativa aos princípios e direitos a considerar na educação de infância, que é fundamental que os Estados Partes devem incluir nas suas políticas a educação em direitos humanos na educação da primeira infância, a qual deve ser participativa e capacitar as crianças, proporcionando-lhes oportunidades práticas para exercerem os seus direitos e responsabilidades de formas adaptadas aos seus interesses, preocupações e competências.

A questão que se coloca é de que modo estes direitos são honrados e respeitados nas instituições de educação de infância, uma vez que tem influência direta no modos como

os educadores de infância constroem as suas relações com as crianças e organizam as suas práticas.

No campo dos estudos da criança (childhood studies, child studies; estudos da criança), área que apela ao desenvolvimento de estudos interdisciplinares na infância, com o designio em promover o bem-estar das crianças e a realização plena dos seus direitos, o tema da participação tem sido amplamente abordado, tentando compreender de que modo as crianças mais pequenas se podem assumir como sujeitos ativos do processo educativo e se podem constituir enquanto sujeitos críticos e participativos, com autoria nas práticas que são desenvolvidas com eles em contexto educativo.

Considerar as *crianças como sujeitos legítimos do conhecimento*, que se exprimem simbolicamente através das culturas da infância

(Sarmiento, 2003 e 2004), marcadas pela ludicidade, pela fantasia, por dinâmicas singulares de relações de pares e de organização do espaço-tempo, é já um passo significativo. Por outro lado, respeitar e promover a autoria das crianças na ação pedagógica é uma dimensão básica para a construção de uma sociedade mais democrática e mais ativa na qual as crianças sejam agentes ativos.

Saibamos, então, respeitar a criança nos contextos de educação de infância, como um sujeito de direitos que sendo ontogenicamente presente, o que nos exige não desperdiçar cada momento da sua infância e valorizá-lo como único e irrepetível, é, também, socialmente competente, com competências diversas das dos adultos, mas nem por isso consideradas como menores, com direito à voz e à participação nas suas vidas, com direito, afinal, a ser autora da sua própria história.

## Eventos

### Congresso Internacional

Congresso Internacional: **A Animação Sociocultural, Globalização, Multiculturalidade, Educação Intercultural e Intervenção Comunitária**

Dias 4, 5 e 6 de novembro de 2016 – Amadora, Cineteatro D. João V - Largo da Igreja, Damaia | 2720-000 Amadora

### Seminário

III Encontro de Outono do Fórum Português de Administração Educacional – **Agrupamento de escolas: um balanço crítico**

Dia 5 de novembro na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), Auditório de Ciências Florestais, Polo II, Vila Real. A entrada é livre, mas sujeita a inscrição.

### Seminário Internacional

Criança e Direitos: **Contextos e Diálogos Norte e Sul**

Dia 18 de novembro, no Auditório do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga. Uma organização a cargo do Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), da Fundação Fé e Cooperação (FEC) e da Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich.

## Sugestões de Leitura



UNICEF (2014). **Child Rights Education Toolkit: Rooting Child Rights in Early Childhood Education, Primary and Secondary Schools**. Geneva.

European Commission/EACEA/Eurydice, 2015. **Early Childhood Education and Care Systems in Europe**. National Information Sheets – 2014/15. Eurydice Facts and Figures. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Sarmiento, M. (2015). **Educação infantil em tempo integral e bem-estar da criança como princípio de justiça**. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/JFES Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 42, p. 29-44. jul./dez. 2015

Fernandes, N. (2015). *Pesquisa com crianças: da invisibilidade à participação – com implicações na formação de professores* in Romilda Teodora & Marynelma Camargo Garanhani (ed.). Pesquisa com crianças e a formação de professores. Editora Universitária Champagnat. 41 3271-2208. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Tomás, C., Fernandes, N. (2013). **Participação e ação pedagógica: a valorização da(s) competência(s) e ação social das crianças**. EDUCATIVA, Revista do Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 201-216, jul./dez. 2013. ISSN 1983-7771